

**O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR:  
DO APOIO DISCENTE ÀS NORMATIVAS DE AVALIAÇÃO DO MEC**

*Gilmara Moreno Furtado Teodoro (gilmaramorenofurtado@gmail.com)*

*Gabriela Do Rosario Silva (gabriela.silva@uenf.br)*

*Aline Moreira Rodrigues (nutri.alinesm@gmail.com)*

O presente artigo analisa a relevância da psicopedagogia institucional no ensino superior como estratégia de permanência e de sucesso acadêmico para estudantes que apresentam dificuldades e transtornos de aprendizagem. Diante da expansão do acesso à graduação, observa-se a necessidade de estruturas institucionais que garantam a inclusão e a equidade, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). O objetivo é discutir o papel dos núcleos de apoio — independentemente de suas variadas nomenclaturas (NAP, NAI ou Setores) — frente às exigências regulatórias do sistema e-MEC e do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Inep. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica com busca na base SciELO e análise documental da legislação educacional vigente. Os resultados apontam que o suporte psicopedagógico efetivo e articulado a uma equipe multidisciplinar, é fundamental para a implementação de adaptações curriculares, flexibilização da temporalidade pedagógica e desenvolvimento de estratégias inovadoras como o “Planejamento de Rotina de Estudos Individualizado” (PREI), respeitando as especificidades de cada aprendiz no que tange a busca pelo conhecimento e a garantia na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que a institucionalização dessas práticas

no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) não apenas cumpre os requisitos legais de avaliação, mas assegura o direito constitucional à educação inclusiva, promovendo a autonomia do discente e a redução dos índices de evasão no ensino superior.

Palavras-chave: psicopedagogia institucional ensino superior e-mec inclusão permanência estudantil.